

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

PROJETO DE LEI Nº. 2.351, DE 2007

Altera a Lei nº. 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, para estabelecer prazo para o julgamento das ações penais de competência originária do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça, nos casos de foro especial por prerrogativa de função.

Autor: Senador Eduardo Suplicy

Relator: Deputado Regis de Oliveira

I – Relatório

O projeto de lei nº. 2.351/2007 (PLS 281/2007), de autoria do nobre senador Eduardo Suplicy, originariamente, pretendia alterar a Lei nº. 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, **para estabelecer prazo para o julgamento das ações penais de competência originária do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça, nos casos de foro especial por prerrogativa de função.**

De acordo com ao texto original deste projeto, **o Supremo Tribunal Federal e o Superior Tribunal de Justiça teriam o prazo de cento e oitenta dias, contado da conclusão da instrução, para o julgamento da ação, após o qual ficaria sobrestado o processamento de todas as demais causas que estivessem tramitando no respectivo tribunal.**

Texto sugerido:

Art. 1211-D. Nas ações para a apuração de infrações penais comuns e de crimes de responsabilidade, para cujo processamento e julgamento a competência originária, em razão de foro especial por prerrogativa de função, seja do

*Supremo Tribunal Federal ou do Superior Tribunal de Justiça, o respectivo **Tribunal terá o prazo de cento e oitenta dias, contado da conclusão da instrução, para julgar a ação**, após o qual ficará sobrestado o processamento de todas as demais causas que, nele, estiverem tramitando. (grifei)*

O objetivo desta proposta é **diminuir a impunidade gerada pela prescrição dos crimes praticados por pessoas beneficiadas pelo chamado foro especial por prerrogativa de função, decorrente da demora no julgamento dos processos dessa natureza.**

O presente projeto foi aprovado no Senado Federal, na forma do substitutivo apresentado pelo Senador Jefferson Peres.

De acordo com o texto do citado substitutivo, **em lugar de determinar prazo para o julgamento dessas ações, optou-se por estabelecer regras suspendendo a prescrição destes crimes.**

Além disso, o substitutivo, em vez de incluir essa norma no Código de Processo Civil, **inseriu tal dispositivo na Lei nº. 8.038, de 28 de maio de 1990, que institui normas procedimentais para os processos que tramitam perante o Superior Tribunal de Justiça e o Supremo Tribunal Federal.**

Texto do substitutivo:

Art. 1º - O art. 12, da Lei nº. 8.038, de 28 de maio de 1990, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 12.

§ 1º - Nas ações de que trata este Capítulo, inclusive nas que visam à apuração de crimes de responsabilidade, finda a instrução, fica suspensa a prescrição, até que seja proferida a decisão final. (grifei)

§ 2º - O processamento e julgamento das ações a que se refere o § 1º deste artigo terão prioridade sobre os demais feitos, não se admitindo o excesso de prazos, salvo nos casos de perigo de lesão grave a direitos de terceiros não implicados, o que deverá ser consignado por meio de decisão fundamentada.

§ 3º - A inobservância do § 2º deste artigo constitui violação das regras constantes dos incisos I e II do art. 35, da Lei Complementar nº. 35, de 14 de março de 1979, sujeitando o infrator às sanções dos arts. 43 e 44 da mesma Lei, na forma do regimento interno de cada tribunal.

É o relatório.

II – Voto do Relator

Com o devido respeito, **o texto original do projeto de lei nº. 2.351/2007 (PLS nº. 281/2007)**, que impunha ao Supremo Tribunal Federal e ao Superior Tribunal de Justiça o prazo de cento e oitenta dias para o julgamento de crimes praticados por pessoas beneficiadas pelo chamado foro especial por prerrogativa de função, **é inconstitucional**.

Como bem salientou o insigne Senador Jefferson Peres, **tal norma não tem natureza eminentemente processual**. Desta forma, **não está abrangida pelo inciso I, do art. 22, da Constituição Federal**.

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:

*Inciso I – direito civil, comercial, penal, **processual**, eleitoral, agrário, marítimo, aeronáutico, espacial e do trabalho. (grifei)*

Na realidade, essa regra tem **cunho administrativo, na medida em que disciplina o funcionamento dos órgãos do Poder Judiciário**. Nestas condições, a aludida norma **somente poderia ser instituída pelo Supremo Tribunal Federal ou Superior Tribunal de Justiça, em seus regimentos internos**, nos termos da alínea “a”, do inciso I, do art. 96, da Magna Carta.

Art. 96 – Compete privativamente:

I – aos tribunais:

*a) eleger seus órgãos diretivos e elaborar seus regimentos internos, com observância das normas de processo e das garantias processuais das partes, dispondo sobre a competência e o **funcionamento dos respectivos órgãos jurisdicionais e administrativos**. (grifei)*

Ademais, s.m.j., **entendo inapropriada a inclusão de tais regras no Código de Processo Civil, porquanto o projeto trata de matéria de natureza criminal**.

Por outro lado, **o substitutivo apresentado pelo Senador Jefferson Peres sana totalmente as imperfeições acima apontadas**.

Em primeiro lugar, porque, ao substituir a imposição de prazo para o julgamento pela suspensão da prescrição desses crimes, **revestiu de aspecto processual a matéria objeto da norma**.

Além disso, porque, de maneira coerente, incluiu o referido preceito na **Lei nº. 8.038, de 28 de maio de 1990, que institui normas procedimentais para os processos que tramitam perante o Superior Tribunal de Justiça e o Supremo Tribunal Federal, legislação mais adequada para disciplinar esse assunto**.

Portanto, o substitutivo ao projeto de lei nº. 2.351/2007 (PLS nº. 281/2007), **preenche o requisito da constitucionalidade**, na medida em que está em consonância com o inciso I, do artigo 22, da Magna Carta, que atribui à União competência privativa para legislar, entre outras matérias, **sobre direito penal e processual penal**.

No que tange à juridicidade, **o substitutivo aprovado pelo Senado está em conformação ao direito**, porquanto não viola normas e princípios do ordenamento jurídico vigente.

No que se refere à técnica legislativa, **a proposição não merece reparo**.

Após a análise do preenchimento dos pressupostos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, **passa-se a apreciar o mérito da proposta**.

No mérito, sou favorável à aprovação do projeto, **porque tal medida se transformará em poderoso instrumento contra a impunidade**.

Já tive a oportunidade de me manifestar a respeito desta matéria, por ocasião da relatoria das propostas de emenda à constituição nºs. 130 – A e 168, referentes à extinção desse privilégio, **quando deixei registrado que a prescrição dos crimes praticados por pessoas favorecidas pelo foro por prerrogativa da função é uma das grandes causas da impunidade de autoridades no país**.

Efetivamente, **nos tribunais superiores, como não há estrutura para suportar tantos processos, a inexistência de mecanismo suspendendo a prescrição desses crimes, acarreta a extinção da punibilidade de seus autores**.

Portanto, **a referida proposta preenche uma lacuna existente no ordenamento jurídico vigente**.

Diante do exposto, o voto é pela constitucionalidade, juridicidade, adequada técnica legislativa e, no mérito, **pela aprovação do projeto de lei nº. 2.351/2007 (PLS nº. 281/2007), nos termos do substitutivo apresentado pelo Senado Federal**.

Sala da Comissão, em 21 de outubro de 2008.

Deputado Regis de Oliveira
Relator